

## INTRODUÇÃO

«Quem vive? Portugal, Portugal, Portugal!  
Quem manda? Salazar, Salazar, Salazar!»

Neste trabalho estabelecemos como critério metodológico a distinção entre três dimensões que se interpenetram: a ideológica doutrinária, programática — que impulsiona e molda práticas e discursos; a do regime e do sistema político nos quais se materializa o exercício do poder; e a que, utilizando o jargão da sociologia, se poderá chamar societal, ou seja, que se reporta à incidência das duas dimensões anteriores sobre as instâncias económica, cultural, educacional e, portanto, sobre as relações sociais — a sociedade como é vivida pelas pessoas que a constituem.

Assente este critério, no que se refere à primeira dimensão, deixamos para outra altura esmiuçar se é adequado, num domínio que não o da retórica político-prática e tribunícia, etiquetar de «fascista» — em termos genéricos<sup>1</sup> — a doutrina e o regime que em Portugal vigoraram durante a longa ditadura estado-novista. Isto por ter havido uma banalização da noção que contribuiu, desde o período entre as duas guerras mundiais e posteriormente, para o ofuscamento do seu conteúdo<sup>2</sup>. Banalização e ofuscamento que, aliás, ainda hoje se observam. Donde considerarmos mais rigoroso falar de nacional-salazarismo. Não o fazemos por mero jogo de palavras, insinuando analogias, que não existem, com o nacional-socialismo, apesar de certos aspectos sistémicos coincidentes. Se o fizemos, foi por nos parecer melhor corresponder à realidade que estudámos, de

modo a realçar que o nacionalismo, a «patologia do nacional»<sup>3</sup>, é o elemento transversal e estruturante do salazarismo.

Por outro lado, no que concerne ao Estado Novo, enquanto regime e sistema político, caracterizamo-lo como totalitário<sup>4</sup>. Entendendo-se este qualificativo numa perspectiva técnico-funcional e não ético-humanista. Em nosso entender, o totalitarismo não é função do grau de brutalidade, de barbárie, do número de vítimas, mas daquilo a que chamamos a eficácia e a densidade da dominação, além de factores como a concentração e a personalização do poder.

Este volume e o que se segue ocupar-se-ão fundamentalmente das duas primeiras dimensões. Quanto à dimensão societal, ao impacto da doutrina, do regime e do sistema político, aos instrumentos repressivos que conduziram ao fechamento da sociedade, uma análise e uma reflexão mais desenvolvidas ficarão para publicação ulterior. Não obstante nestes dois primeiros volumes já se evidenciarem, inevitavelmente, a nostalgia imobilista e a visão do mundo de Salazar que poderemos considerar constituírem uma «utopia reaccionária»<sup>5</sup>.

# I

---

## «Apareceu um Homem capaz de resgatar a Nação...»

### 1. O fim da República possível

As instituições da monarquia constitucional — se considerarmos a primeira revolução vintista (1820) como acontecimento fundador — levaram mais de trinta anos a estabilizarem-se, após violentas lutas civis, período durante o qual o país se distanciou, pode dizer-se estruturalmente, do resto da Europa, em termos de modernização e desenvolvimento. Na sociedade portuguesa de então, o sistema político caracterizava-se pela estreita relação Estado-clientelas partidárias-interesses económicos, consequentemente pelo que se pode considerar uma escassa autonomia da sociedade civil, e pela existência de diversos e fortes factores — inclusive culturais — de resistência à mudança. Durante a fase da Regeneração e do Fontismo<sup>6</sup>, marcada por um certo dinamismo, em que, graças aos empréstimos externos, se conseguiu propiciar a rendibilização dos capitais acumulados pela burguesia liberal, o rotativismo, ou seja, a alternância entre os partidos Regenerador e Progressista, correspondeu à alternância de estratos dessa burguesia organizados politicamente. Todavia, o esgotamento do modelo fontista e rotativo, os surtos de crise nos anos 1870 e 1890 viriam a redundar no choque entre clientelas e grupos de interesses, bem como na fragmentação dos dois grandes partidos. Simultaneamente, as classes intermédias urbanas do fun-

cionalismo, do comércio e das profissões liberais emergiam na cena política sob a bandeira do republicanismo, enquanto as fracções mais ideologizadas dos assalariados e dos misteres se mobilizavam em torno das ideias socialistas e, posteriormente, anarco-sindicalistas.

A República, implantada a 5 de Outubro de 1910, num quadro socioeconómico que não viria a sofrer grandes transformações — aliás, o contrário seria de estranhar, num período tão curto e problemático (1910-1926) —, manteria, no essencial, os principais mecanismos funcionais do sistema político e do aparelho de Estado. O significativo desaparecimento simbólico e material da figura tutelar e arbitral do monarca acabou por criar um vazio que a «mística» da ideia republicana, tão fortemente expandida pelo país e pela sociedade, não conseguirá preencher com um Chefe de Estado sem poderes efectivos.

Claro que a Revolução fez irromper novos dinamismos sociais, mas, inevitavelmente, também novos conflitos: os que opunham monárquicos a partidários do novo regime; os que surgiriam rapidamente no seio destes últimos; os que mobilizaram a Igreja contra o laicismo das novas elites governantes e suas políticas em vários domínios; e, finalmente, o conflito nascido do antagonismo entre as classes possuintes e um movimento operário radicalizado sem representação ou projecção institucional.

Poder-se-á considerar que esta conflitualidade era inerente ao processo de modernização, de reestruturação do sistema político, redefinição dos equilíbrios entre grupos sociais e das relações de poder. Porém, ao mesmo tempo que as instituições se fragilizavam, devido à fragmentação do campo republicano e a uma construção constitucional geradora de instabilidade, nomeadamente pelo exacerbado parlamentarismo, o movimento operário, que reforçara as suas estruturas sindicais e a sua capacidade de mobilização e de reivindicação, começou a constituir-se como contracultura, essencialmente urbana, e força de desestruturação política. Entenda-se por esta última expressão que, como aliás se observaria noutros países europeus — casos de França e da Itália —, o anarco-sindicalismo e o radicalismo operário, genericamente considerados, viriam a convergir, em termos de consequências práticas, com as diversas correntes

antidemocráticas de direita («fascizantes» no sentido genérico), por força do comum antiparlamentarismo e antipartidarismo, i.e., do seu partilhado combate à democracia representativa, e até pelo culto da violência e da acção directa<sup>7</sup>.

Como no resto da Europa — e além desta —, a Grande Guerra tornou-se um marco decisivo, daqueles que historicamente definem um antes e um depois. Apesar de Portugal não ser um dos países cujo território foi directamente atingido (não falamos das colónias), as suas repercussões seriam também enormes entre nós<sup>8</sup>. Em primeiro lugar, pelas divisões provocadas quanto à definição das políticas a adoptar que uma frágil e efémera «União Sagrada» (1916-1917) não resolveu. Em segundo lugar, porque, inevitavelmente, colocou a instituição militar, os militares, no centro das decisões e da acção governativa. A ilustrar o que dizemos, o recurso de Manuel de Arriaga ao general Pimenta de Castro (1915) iniciou o processo de militarização do poder que ganhará outra espectacularidade, autoritária-providencial, durante o consulado de Sidónio Pais (1917-1918). Mas quando isto aconteceu, ou seja, quando eclodiu o fenómeno sidonista, o país já sofria o impacto do estado de guerra, não só em África, mas também na frente europeia, com todas as consequências daí advindas: envio de milhares de homens para o combate (em condições medíocres, é o menos que se pode dizer); aumento exponencial do corpo de oficiais (do quadro e milicianos); crise social e sucessivos movimentos populares tumultuários devido à falta de bens essenciais (as «subsistências») e à subida do custo de vida (a «carestia de vida»); perturbação dos circuitos comerciais e da vida económica. Problemas e situações com inevitável reflexo na vida dos cidadãos, no frágil tecido empresarial — só os açambarcadores prosperavam — e na estabilidade das instituições. A ideia messiânica de uma República pujante de promessas e de generosidade, que conduzisse Portugal e os portugueses a um horizonte luminoso, fenecia a olhos vistos.

Quando a Guerra acabou na atrasada Rússia, o czarismo já fora derrubado e, em nome de um «proletariado» de um capitalismo inexistente, tomara o poder, através de um golpe de mão, um pequeno partido de revolucionários profissionais conhecido por

«bolchevistas» (o que significava «maioritários», facção resultante de um congresso anterior do Partido Social-Democrata Russo); na Alemanha vencida, o *Kaiser* fora obrigado a abdicar e, em finais de 1918, princípios de 1919, os social-democratas do presidente Friedrich Ebert davam cobertura à *Reichswehr* e aos «corpos francos» para esmagarem o levantamento «espartaquista» (radicais social-democratas e comunistas) nas ruas de Berlim (a 15 de Janeiro os dois principais dirigentes, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, foram assassinados); na Baviera, em Novembro de 1918, o membro do USPD<sup>9</sup> Kurt Eisler encabeçou um governo revolucionário, mas, após o seu assassinato (21 de Fevereiro de 1919), uma ampla aliança de anarquistas a social-democratas formou uma «República de Conselhos» que os militares derrubarão, ironicamente, a 1 de Maio; na Hungria, em Março de 1919, o social-democrata Mihály Károly aliou-se ao líder do recém-formado partido comunista, Béla Kun, para formar também uma «República de Conselhos», que durou até à intervenção, em 1 de Agosto, de tropas da vizinha Roménia. A Europa ensanguentada por uma mortandade nunca antes vista estava a braços com um turbilhão a que a Revolução de Outubro na Rússia dera fôlego e um modelo táctico-estratégico.

Entre nós, porém, após o assassinio (14 de Dezembro de 1918) que fizera de Sidónio Pais um mártir — o que os corações sensíveis de certas franjas do povo tanto prezam —, e enquanto na Conferência de Versalhes<sup>10</sup> se fazia um balanço mitigado quanto aos resultados da participação na Guerra, no que respeita às colónias<sup>11</sup> e às indemnizações conseguidas, não foram «bolchevistas» que se sublevaram, pois o seu equivalente nacional só apareceria, embrionariamente, em 1921<sup>12</sup>. Quem se sublevou, dentro da tradição ibérica oitocentista, foram militares de facções diversas organizados em «juntas» e os monárquicos que, num derradeiro sobressalto, proclamaram a Monarquia no Norte do país durante umas semanas (Janeiro-Fevereiro de 1919) e procuraram fazer o mesmo em Lisboa (o confronto principal ocorreu em Monsanto). Tentativas que foram derrotadas por outros militares, em conjunto com civis armados, o que mostrou que, afinal, a República não estava tão moribunda como muitos supunham<sup>13</sup>.

Seguiu-se, no essencial, uma rearrumação das correntes políticas nascidas do republicanismo, a emergência de novas figuras e o afastamento dos líderes históricos — pelo menos do centro da vida partidária<sup>14</sup> —, a formação de uma Esquerda no PRP/Partido Democrático, mas também a afirmação de novas correntes tradicionalistas e nacionalistas<sup>15</sup>, que se inspiravam no que acontecia na Europa: umas, na Acção Francesa, de Charles Maurras; outras, no Partido Nacional Fascista, que, em 1922, ascendeu ao poder em Itália. No campo social, os sindicatos — agrupados na Confederação Geral do Trabalho (CGT) — prosseguiram uma estratégia de antagonismo permanente através de greves ou mesmo de acções violentas, coerentes com a concepção de luta de classe contra classe e, curiosamente — ou talvez não —, se alguma integração institucional se esboçou, foi graças à progressiva estruturação do novel Partido Comunista. Como se viu, quando da aproximação desse partido e de outras tendências à Esquerda Democrática, durante o efémero Governo de José Domingues dos Santos (Novembro de 1924-Fevereiro de 1925<sup>16</sup>) e, na continuidade disto, com o surgimento de um «Cartel das Esquerdas», nas eleições legislativas de Novembro de 1925. Um movimento alargado e popular que ambicionava «uma democracia verdadeira», «em marcha constante sobre o futuro», «sem monopólios», com uma «imprensa livre», e que rejeitava uma República «apanágio duma nova fidalguia do latrocínio», como se lia em vários textos e manifestos<sup>17</sup>.

Houve medidas de «saneamento financeiro», de introdução de alguma justiça fiscal e de «moralização dos negócios» por governantes como Álvaro de Castro (1923-1924) e pelo já referido José Domingues dos Santos (1925). O que, obviamente, não agradava às «classes preponderantes», habituadas a ter o Estado ao seu serviço do ponto de vista político e fiscal, para se poderem lançar, sem regras, na especulação financeira ou acumular riqueza graças a negócios chorudos como o dos tabacos. Sem falar dos estratos dessas mesmas «classes preponderantes», que viviam da propriedade da terra e da exploração dos que a trabalhavam sujeitos a relações sociais de tipo quase senhorial, apesar do potencial reivindicativo despertado pela República.

Ainda neste contexto, no rescaldo dos custos da guerra, e por força da situação económico-financeira geral, os funcionários públicos (incluindo os militares), camada das classes intermédias fundamental na base social do republicanismo, perdiam poder de compra e, sobretudo, passavam, também eles, a olhar operários e sindicalistas como «classes perigosas», responsáveis pela instabilidade e pelas tensões sociais. O que, aliás, já se começara a observar anos antes, e pouco depois da Revolução: por exemplo, em 1913, em Lisboa, durante um «cortejo camoniano» (Junho), quando, em plena Rua do Carmo, se registou o rebentamento de bombas e houve um confronto entre participantes republicanos naquela iniciativa e sindicalistas que se manifestavam exibindo uma bandeira negra.

Aquilo que designamos por «militarização dos conflitos»<sup>18</sup>, o recurso à violência e à acção directa — que já vinha de trás —, banalizara-se, perdera qualquer lógica política, roçava o banditismo ou a provocação (constou que a denominada Legião Vermelha, ou pelo menos alguns dos seus membros, eram financiados por banqueiros), o que contribuía para gerar, sobretudo em Lisboa e noutros meios urbanos, um cansaço colectivo, uma incerteza, uma insegurança propícios ao crescimento do «partido da ordem». Acrescia a isto, como acontecia no resto da Europa, o trauma da morte de milhares de homens e o regresso de outros marcados pela brutalidade do conflito, o enlutamento de muitas famílias. E até uma pandemia que provocou inúmeras vítimas, tudo propiciando o exacerbamento da retórica patriótico-nacionalista, o providencialismo dos militares e o fascínio pela militarização<sup>19</sup>.

Porém, como se disse, e contrariamente ao que acontecia em países como a Itália ou a Alemanha, não havia em Portugal forças socialistas/social-democratas com organicidade e capacidade de intervenção simultaneamente institucional e social, e muito menos uma corrente bolchevista em expansão que constituísse, ou pudesse vir a constituir, num horizonte próximo, um desafio significativo. Isto é, não se perspectivava uma real ameaça de esquerda radical ou radicalizada que pusesse em causa o sistema político e o ordenamento constitucional. Mas também não se vislumbrava como seria possível, dentro desse ordenamento, superar o bloqueamento



do sistema, dado o facto de o PRP/Partido Democrático continuar a ser predominante graças à sólida estrutura clientelar/eleitoral que o suportava<sup>20</sup>.

A formação da União dos Interesses Económicos (UIE) e a sua entrada nas duas câmaras do Congresso, nas eleições de Novembro de 1925, eram a demonstração mais visível de como as classes possuintes se tinham lançado, e neste particular sem intermediações, na luta política activa<sup>21</sup>. A exemplo, aliás, dos católicos que, em coerência com o que era a orientação emanada da Santa Sé — de não descurarem o jogo institucional —, e correspondendo aos gestos pacificadores dos republicanos, tinham representação parlamentar desde 1915<sup>22</sup>. Apesar disto, em face do bloqueamento a que aludimos, os que queriam romper com o *statu quo* político-partidário republicano decidiram apostar numa intervenção militar<sup>23</sup>.

Oficiais gerais prestigiados, como Gomes da Costa, passaram a ser literalmente assediados (como o próprio descreve nas suas *Memórias*<sup>24</sup>) no sentido de desencadarem e encabeçarem essa intervenção. Tanto mais que proliferavam nas fileiras as mais diversas motivações político-ideológicas, se bem que mediadas pelo que era específico ao que chamamos a «ideologia militar». Quer isto dizer que, se havia junto dos jovens oficiais — mas não só — uma crescente influência das doutrinas integralistas ou fascisantes e atracção em especial pelo que se passava em Itália<sup>25</sup>, acumulavam-se, igualmente, e nos diversos patamares da cadeia hierárquica, razões de descontentamento provocadas, como dizia o general Alberto Ilharco, pela «influência da política no Exército»<sup>26</sup>, i.e., pela instabilidade, pela indisciplina, pela dispersão do porte de armas por grupos de civis. A que se juntavam também problemas corporativos, nascidos ou agravados pela participação na Grande Guerra, ou que já vinham de trás como, por exemplo, a relevância ganha pelo corpo de sargentos, as tensões com a GNR, que chegara a ter uma capacidade operacional, e em número de homens<sup>27</sup>, que ofuscava o Exército, bem como as recorrentes disputas de chefias e de acesso na hierarquia. Tudo isto devidamente justificado e racionalizado por outros elementos caracterizadores dessa «ideologia militar», segundo a qual o Exército<sup>28</sup>, ou, mais rigorosamente, as Forças Armadas, são

a instituição que corporiza a Ordem, *de facto*, na medida em que detêm a posse legal das armas, e por nelas se materializarem os valores patrióticos e a Nação.

Depois de algumas tentativas fracassadas, como as de 18 de Abril e de 19 de Julho de 1925<sup>29</sup>, o pronunciamento de 28 de Maio do ano seguinte conseguiu, do ponto de vista militar e político, a convergência e a cumplicidade — activa ou passiva — das forças mais díspares, e implantou a Ditadura. Mas essa diversidade de componentes, de motivações e até de objectivos e pressupostos ideológicos, manifestou-se rapidamente entre os principais chefes militares e os grupos que os secundavam, pelo que foi efémera a convergência táctica e tácita. De qualquer modo, a I República acabara e, com ela, acabou durante quarenta e oito anos a democracia representativa e, por conseguinte, multipartidária.

## 2. O «Ditador das Finanças»

Afastado o vice-almirante José Mendes Cabeçadas — que representava a corrente fiel ao projecto de retorno ao constitucionalismo republicano, uma vez a República depurada dos «videirinhos» dos partidos —, a 17 de Junho de 1926 seguiu-se-lhe, como homem forte, por pouco tempo, aquele que o afastara, o principal operacional do pronunciamento, o general Gomes da Costa, que acabou triste e humilhantermente deportado para os Açores. O novo Governo da Ditadura, encabeçado por Óscar Fragoso Carmona, que acumulou com a chefia do Estado, encarregou, então, o general Sinel de Cordes de sobraçar a pasta das Finanças.

Três problemas importantes estavam na ordem do dia: a «questão dos Tabacos», o chamado «Decreto dos adidos», que visava reduzir o peso do funcionalismo público e a negociação da dívida de guerra à Inglaterra. A dívida pública voltou a aproximar-se do seu valor do início da década, após vários anos de redução (1920 — 101 159; 1924 — 68 344; 1926 — 92 172; 1927 — 99 140; 1928 — 99 712 — em milhares de libras-ouro), e o défice subiu exponencialmente (1925-1926: 1279; 1926-1927: 6772 — em milhares de libras-ouro)<sup>30</sup>.